

**Características socioeconômicas dos acampamentos rurais Sapucaia e Caípe, união dos
palmares, Alagoas, Brasil**

**Socioeconomic characteristics from Sapucaia and Caípe rural camps, união dos
palmares, Alagoas, Brazil**

**Características socioeconómicas del campamentos rurales Sapucaia y Caípe, união dos
palmares, Alagoas, Brasil**

Recebido: 18/09/2020 | Revisado: 20/09/2020 | Aceito: 22/09/2020 | Publicado: 24/09/2020

Orlando Angelo Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4754-6145>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: orlandoangelo96@gmail.com

Milena da Silva Medeiros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0953-3041>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: milena_sm@hotmail.com.br

Kledson Batista da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0587-313X>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: kledsonb02@hotmail.com

Tania Marta Carvalho dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1816-7840>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: tmcs@ceca.ufal.br

Jakes Halan de Queiroz Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0018-9646>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: jakes.jakes@gmail.com

Paula Cibelly Vilela da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2157-4698>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: paulacibelly17@gmail.com

João Manoel da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7654-5475>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: joao.manoel@iqb.ufal.br

Resumo

O panorama do uso da terra na zona da mata do estado de Alagoas é tradicionalmente ligado ao monocultivo da cana-de-açúcar. Com a decadência da indústria sucroalcooleira a paisagem vem mudando, os campos outrora ocupados por canaviais vão dando lugar a barracos de lona, são os acampamentos rurais, lar e palco de luta e resistência de homens e mulheres à espera da reforma agrária, pessoas que vivem à margem da sociedade e revelam o descaso do poder público com a agricultura familiar. Objetivou-se com esse trabalho evidenciar as condições de vida à que estão expostas essas pessoas, os limites impostos pelas condições adversas e falta de recursos, bem como identificar quem são, suas escolaridades, idades e gênero. Os acampamentos estudados foram Caípe e Sapucaia, localizados as margens da BR-104 do município de União dos Palmares, na zona da mata alagoana, onde foram englobados dados quantitativos e qualitativos obtidos a partir do uso de questionário semiestruturado aplicado a um universo de 14 famílias escolhidas ao acaso, dentre os acampados encontram-se em sua maioria ex-trabalhadores do monocultivo da cana-de-açúcar que se sentem no direito de reivindicar acesso à terra onde trabalharam.

Palavras-chave: Acampamento rurais; Luta pela terra; Vida no campo.

Abstract

The overview of land use in the forest area of the alagoas state has traditionally been linked to the sugarcane crop. With the decay of the sugar and alcohol industry the landscape has been changing, the fields once occupied by sugarcane fields are giving way to canvas shacks, they are the rural camps, home and stage of struggle and resistance of men and women waiting for agrarian reform, people who live on the margins of society and reveal the neglect of public power with family farming. The objective of this study was to highlight the living conditions to which these people are exposed, the limits imposed by adverse conditions and lack of resources, as well as to identify who they are, their schooling, ages and gender. The camps studied were Caípe and Sapucaia, located on the margins of BR-104 in the municipality of União dos Palmares, in the Zona da Mata, Alagoas, where quantitative and qualitative data obtained from the use of a semi-structured questionnaire applied to a universe of 14 families

were included. chosen at random, among the encamped are mostly ex-sugar cane monoculture workers who feel entitled to claim access to the land where they worked.

Keywords: Rural camps; Fight to land; Rural life.

Resumen

El panorama de uso del suelo en el área forestal del estado de Alagoas ha estado tradicionalmente ligado al monocultivo de caña de azúcar. Con la decadencia de la industria azucarera y alcohólica el paisaje ha ido cambiando, los campos antes ocupados por campos de caña de azúcar están dando paso a chozas de lona, son los campamentos rurales, hogar y escenario de lucha y resistencia de hombres y mujeres que esperan la reforma agraria, gente que vive al margen de la sociedad y revelan el descuido del poder público con la agricultura familiar. El objetivo de este trabajo fue resaltar las condiciones de vida a las que están expuestas estas personas, los límites que imponen las condiciones adversas y la falta de recursos, así como identificar quiénes son, su escolaridad, edades y género. Los campamentos estudiados fueron Caípe y Sapucaia, ubicados en los márgenes de la BR-104 en el municipio de União dos Palmares, en la zona del bosque de Alagoas, donde se incluyeron datos cuantitativos y cualitativos obtenidos del uso de un cuestionario semiestructurado aplicado a un universo de 14 familias. elegidos al azar, entre los acampados hay en su mayoría ex trabajadores del monocultivo de caña de azúcar que se sienten con derecho a reclamar el acceso a la tierra donde trabajaban.

Palabras clave: Campamento rural; Lucha por la tierra; Vida en el campo.

1. Introdução

Muitos estudos têm sido construídos com a finalidade da compreensão dinâmica dos processos que envolvem a Reforma Agrária e seus atores como um todo. Dentro destes, podemos – e devemos – focar, analisar, estudar e, por fim, compreender as famílias que estão envolvidas nesses processos, famílias estas que possuem seus caracteres, sua identidade. Ademais, a agricultura familiar tem sido responsável pela produção de alimentos saudáveis em todo o território nacional, indo de encontro às megaproduções oriundas do agronegócio,

Silva et al. (2020) descrevem que a produção da agricultura familiar é orientada para o cultivo da terra, produzindo em pequena escala e utiliza a força de trabalho familiar para a reprodução biológica e social. No Brasil a produção de alimentos é majoritariamente conduzida pela produção da agricultura familiar, segundo dados do IBGE 75% do alimento

que chega na mesa dos brasileiros provém da agricultura familiar, que além da produção para a subsistência ainda direciona seu excedente para os mercados próximos. A produção é diversificada como frutíferas, leguminosas, hortaliças, produção de aves, bovinos, suínos, ovinos etc. Assim, vale ressaltar a importância do agricultor familiar como ferramenta de resistência para o campo e também para a cidade.

O Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2016) mostra que o Brasil possuía 5.175.489 estabelecimentos rurais, onde 4.367.902 classificados como estabelecimentos de agricultores familiares (84%) do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros ocupando apenas 24% da área total dos estabelecimentos (correspondendo a 80,3 milhões de hectares). Já em 2017 o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) mostra uma diminuição da agricultura familiar no Brasil, onde dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários 77% (3.897.408) são classificados como de agricultores familiares, ocupando 23% da área total de estabelecimentos. Isso se dá, também, pelo êxodo rural, onde muitos viram na cidade um atrativo para tentar melhores condições de vida baseados no capital.

Para que a reforma agrária aconteça, o trabalhador rural sem-terra precisa superar algumas etapas, iniciada com o processo de organização e mobilização dos mesmos para realizar a ocupação das terras, que acontecem, normalmente, durante a noite, onde os trabalhadores adentram a propriedade e nela constroem abrigos provisórios com alguns materiais como lona, madeira e taipas, e a partir do momento que se estabelecem na propriedade, são esses abrigos conhecidos popularmente como barracos, passam a ser a moradia dos trabalhadores, e o conjunto desses barracos é denominado acampamento. Os acampamentos de trabalhadores rurais têm sido um importante instrumento de luta pela conquista da terra. Eles fazem parte da estratégia de luta, que, para alguns teóricos, é o que diferencia o MST (Movimento Sem Terra) de outros movimentos sociais do campo (Medeiros, 2003).

Essa etapa do processo de reforma agrária é tida como crucial, visto que é o momento inicial e o mais longo, nela os acampados estão sujeitos as mais diversas intempéries climáticas, embaixo de seus barracos. Além do clima, os acampados convivem com a insegurança de ataques de jagunços dos “antigos” proprietários da terra e de forças policiais acionadas por esses, bem como a falta de recursos básicos como água potável, energia elétrica e assistência de saúde. Além de conviverem com essas dificuldades, os acampados ainda precisam produzir alimentos que supram as suas necessidades e abasteçam os mercados locais, e para essa finalidade, a alternativa técnica adotada é o uso da agroecologia, por ser um conjunto de técnicas baseadas no baixa uso de insumos externos, ideologias sociais e políticas

convergentes com as pensadas pelos movimentos de luta pela reforma agrária, bem como o respeito pelos recursos naturais e o meio ambiente prezados por esses.

ta pela terra, bem como as pautas que as nortearam.

O MST e o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) encontram-se entre os principais movimentos, devido a amplitude de seus processos de territorialização, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), a Organização da Luta no Campo (OLC) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Sousa, 2009) as quais, até a fundação do MST, articulavam as lutas sociais no campo brasileiro, e estavam ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, sendo ainda mediante a atuação dos sindicatos e da CONTAG, que possibilitou uma construção simbólico-política-identitária de trabalhadores rurais, impondo-se sobre a diversidade *geosociocultural* do universo rural brasileiro (Porto-Gonçalves, 2005).

Silva (2019) vem colocar que a análise dos movimentos sociais tem sido esmiunçada sob viés de distintos paradigmas teóricos, dentre os quais se destaca o marxista, pois pode ser considerado como o que trouxe maiores contribuições para a compreensão dessa temática. Analisados sob o viés marxista, e das desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, os movimentos sociais são entendidos como processos de lutas históricas das classes e camadas sociais em situação de subordinação e que, por sua vez, objetivam a transformação das condições da realidade social, caracterizada por carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural (Gohn, 1999; Borelli Filho, 2014).

Muitos dos movimentos sociais de luta pela terra existentes atualmente no Brasil tiveram seu natalício a partir de processos de dissidências, os quais podem ser verificados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (criada em 1963) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente, a partir de 1995. Esses movimentos passaram a rivalizar com o MST, disputando a liderança e a organização social e política de milhares de trabalhadores rurais sem-terra. Esse processo, por um lado, provocou dispersão das pautas e lutas sociais existentes que vinham se travando na época no campo brasileiro, especialmente a partir de 1985. Por outro lado, essa rivalidade trouxe consigo uma diversificação, pois houve também o aumento da demanda da luta pela terra.

O Estatuto da Terra apresenta a reforma agrária como um conjunto de medidas para o processo de distribuição de terras. Essencialmente visa a transferir a propriedade da terra de minorias latifundiárias para pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, objetivando o

alcance de uma igualdade social maior, de melhor distribuição do poder político e de melhorias de ordem econômica (INCRA/2015).

Para tornar a terra novamente produtiva, a propriedade, normalmente um latifúndio, passa a pertencer a um grupo de trabalhadores rurais sem-terra, ao invés de concentra-se em poder de um único indivíduo ou grupo, mas para que essa reforma aconteça, inicialmente os trabalhadores organizam-se em movimentos sociais para reivindicar a terra improdutiva, definindo estratégias para a ocupação. Esta reivindicação dá-se frequentemente por dois fatores, o primeiro é o vínculo estabelecido entre trabalhador e a terra em razão dos diversos anos de trabalho na mesma e o segundo é que a terra é estabelecida como meio de garantia de compensação financeira pelos anos de serviço prestado e surge como fonte de renda, para os trabalhadores rurais que tornam-se agricultores autônomos, tornando a mesma novamente produtiva e provendo o sustento a partir dela.

Na região da Zona da Mata do estado de Alagoas, uma parte das terras anteriormente utilizadas para cultivo da monocultura da cana-de-açúcar ou pecuária de corte passou por uma transformação, a partir da decadência sofrida pela indústria sucroalcooleira no estado. As terras são agora ocupadas por diversas culturas, como macaxeira, inhame, batata doce e milho, bem como pelos conhecidos “barracos de lona” onde residem os acampados a espera da reforma agrária. Especialmente no município alagoano de União dos Palmares, destacam-se dois dentre os diversos presentes na região, são eles: Sapucaia e Caípe, localizados as margens da BR-104, em uma estratégia comumente utilizada por diversos acampamentos, afim de que a luta pela terra seja visualizada pelos demais membros da sociedade, buscando uma compreensão e integração maior com a população, para transformação do panorama comum que busca marginalizar e macular os movimentos sociais que lutam por uma divisão mais democrática da terra. Assim, objetivou-se a partir do presente trabalho conhecer o contexto socioeconômico, caracterizando a realidade em que vivem os acampados à espera da reforma agrária nas localidades de Sapucaia e Caípe.

2. Metodologia

A pesquisa científica tem como uma de suas finalidades a acumulação e compreensão de determinados fatos que contribuem por fim, para o desenvolvimento social. Selltiz et al. (1975) discorrem que a pesquisa científica procura descobrir respostas para certas questões por meio da aplicação de métodos científicos.

Compreende-se enquanto método científico o conjunto de etapas sistematizadas de forma racional, onde estas permitem alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros, o que segundo Thiollent (1998) e Lakatos e Marconi (2020) permite orientar o caminho a ser seguido pelo pesquisador, de modo a detectar erros, auxiliar nas tomadas de decisões, selecionar conceitos, técnicas e dados adequados, proporcionando correta interpretação e apresentação adequada dos fins encontrados.

Para a execução e desenvolvimento da pesquisa é importante a determinação da abordagem teórico-metodológica a ser utilizada. As abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa utilizam diferentes métodos, formas e objetivos. Desse modo, a pesquisa qualitativa, compreende um conjunto de técnicas interpretativas que buscam descrever e decodificar determinados signos, o que segundo Maanen (1979) possibilita expressar os sentidos do mundo social e diminuir distâncias entre os atores (pesquisador e pesquisado), entre a teoria e os dados, contexto e ação. Enquanto a pesquisa qualitativa, contribui para a melhor compreensão dos fenômenos utilizando métodos racionais e intuitivos. Pope e Mays (1995) afirmam que apesar de haver distinções entre os enfoques qualitativos e quantitativos, não é correto afirmar que tenham caráter de oposição um em relação ao outro, mas, pelo contrário, ambos se complementam para aproximação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa.

Com a finalidade de trazer o caráter de complementariedade entre as abordagens de pesquisa, neste estudo foram utilizados os enfoques qualitativo e quantitativo. A pesquisa foi realizada nos Acampamentos Sapucaia e Caípe, ambos localizados às margens da BR 104, no município de União dos Palmares. A coleta de dados se deu a partir de duas etapas.

Na primeira etapa realizaram-se visitas aos acampamentos com a finalidade de obter contato com os acampados com o intuito de compreender o processo de formação do acampamento bem como suas principais características e atores sociais envolvidos desde sua fundação.

A segunda etapa se deu a partir de entrevistas aos núcleos familiares, que constituiu na aplicação de questionários estruturados, que segundo Rover (2012) são compreendidas aqui, portanto, como procedimentos metodológicos que podem produzir ótimos resultados na realização da pesquisa social, mesmo que consideradas as diferentes restrições de cada caso.

Assim, os questionários foram subsídio para a coleta de informações referentes aos lotes, composição familiar, aspectos produtivos de cada residência, destino da produção e problemas enfrentados pelas unidades familiares para manter sua produção e suas condições de vida, tanto do ponto de vida pessoal quanto de infraestrutura. Então, os dados obtidos foram tabulados e agrupados (Gil, 2019) em planilhas no *Microsoft Excel*. Os dados

quantitativos foram expressos em porcentagem sobre a amostra total e os dados qualitativos, como o caso de respostas não direcionadas, foram interpretados e discutidos com base em documentação e apoio teórico.

3. Resultados e discussões

3.1 Descrição Dos Acampamentos

Os acampamentos estão localizados nas fazendas Sapucaia e Caípe, às margens da BR-104 no município alagoano de União dos Palmares, situado na Zona da Mata do estado. As propriedades, que juntas totalizam 2 mil hectares, pertenciam à Usina Laginha, tradicional produtora de álcool e açúcar a partir do monocultivo da cana-de-açúcar que ocupava previamente a atual propriedade, que era responsável por empregar grande parte dos trabalhadores rurais da região, incluindo alguns dos acampados.

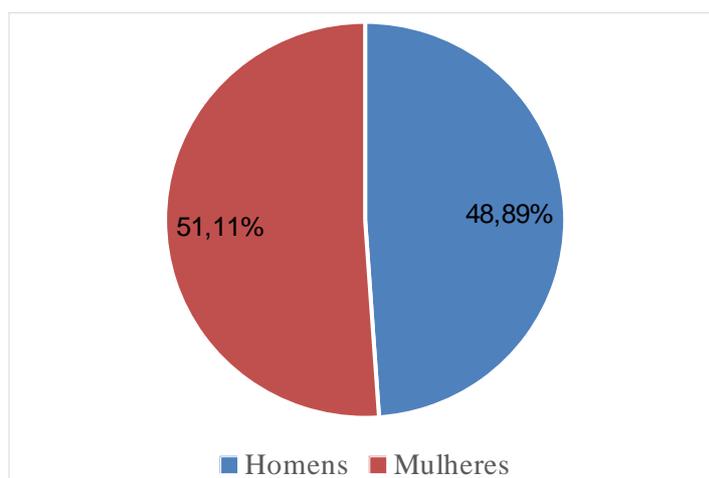
A ocupação das terras iniciou-se em agosto do ano de 2014, pois as mesmas já se encontravam improdutivas desde junho de 2010, após o processo de falência da usina anteriormente citada. O processo de ocupação se deu durante a noite e contou com a participação de cerca de 80 trabalhadores rurais, organizados juntos ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), que é um movimento político-social, vinculado a luta por moradia e reforma agrária, que teve sua fundação no ano 1994, no estado da Bahia, e que se expandiu para todos os estados do nordeste e para Minas Gerais.

Atualmente, os acampamentos contam com 56 famílias registradas, que são majoritariamente agricultores, mas também é possível encontrar pessoas que adotam outras profissões, como mototaxista, como forma de acréscimo de renda. Os acampados produzem, em sua maioria, culturas como milho, macaxeira, feijão, batata doce, inhame e maracujá, para subsistência e comercialização. O objetivo dentre os acampados é uma produção de base agroecológica, porém alguns poucos acabam optando pelo uso de agrotóxicos, em razão, também, da ausência de assistência técnica.

3.2 Da Composição E Estrutura Familiar

A partir dos dados analisados obtêm-se à compreensão de que das 14 famílias entrevistadas, totalizando 45 residentes configuram em números aproximados, sendo 22 homens e 23 mulheres, como exposto na Figura 1.

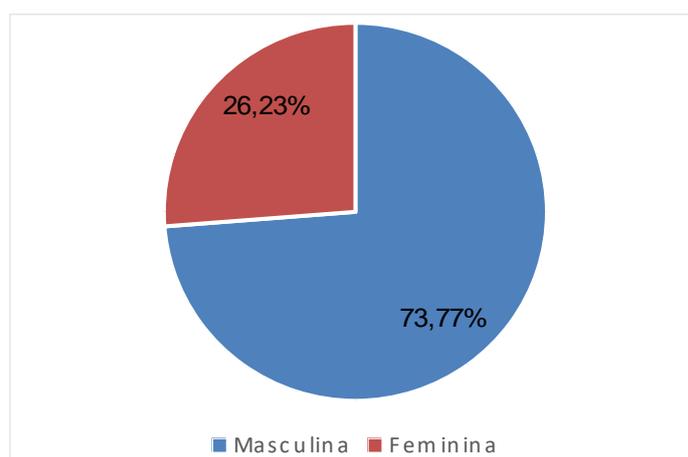
Figura 1 – Divisão dos acampados em função de gênero.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Essa divisão demonstrada na Figura 1 denota que os acampamentos rurais estudados apresentam divisão de gênero quase que homogênea. Desse modo, é necessário observar outros fatores que envolvem os acampamentos, como é o caso das lideranças que estão a frente das lutas e reivindicações. Desse modo, compreende-se que a liderança familiar é majoritariamente exercida por homens, tendo nove famílias lideradas por esses, enquanto apenas cinco são lideradas por mulheres (Figura 2).

Figura 2 – Liderança familiar.

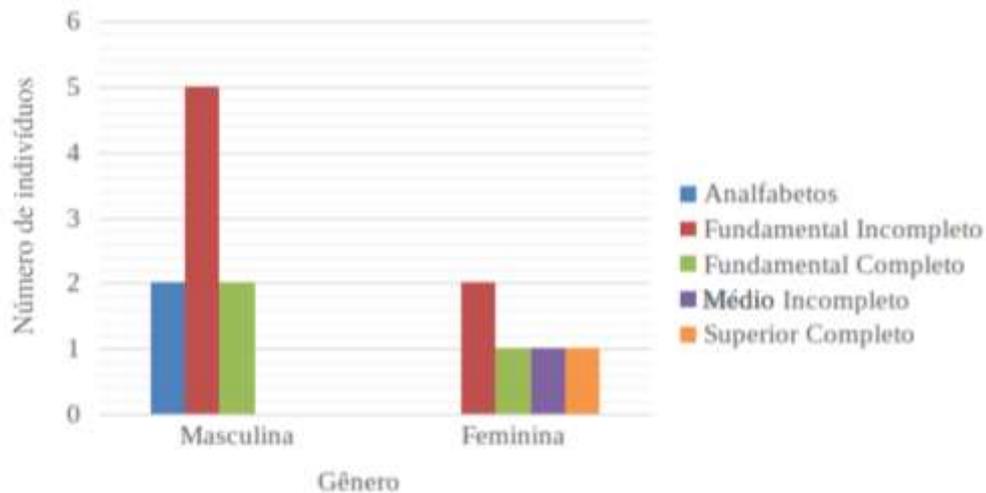


Fonte: Pesquisa de Campo.

Dentre as lideranças femininas (26,23%), como apresentado acima na Figura 2), foi possível observar que estas possuíam um nível de escolaridade superior quando comparadas aos homens, além disso, outro aspecto notável é a diferença etária dentre as lideranças, dentre

as lideranças femininas a faixa etária está entre 25 a 61 anos, enquanto nas masculinas está entre 38 a 66 anos (Figura 3).

Figura 3 – Escolaridade da Liderança familiar.



Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados da pesquisa registrados na Figura 3 denotam que as mulheres têm demonstrado maior interesse participativo de liderança, dados os espaços abertos na atualidade em relação às conquistas das últimas décadas em relação aos direitos e por ter mais voz ativa.

Por outro lado, ainda se observa que há a predominância do patriarcado no meio rural, como também observado por Gama & Santos (2018), sendo este ainda muito forte, constituindo um caso especial de poder, caracterizado pela possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria (Weber, 1991), nesse caso, o outro se compreende pela imagem do feminino, atribuindo-lhe um aspecto de subserviência. Isso se dá pelo fato de que o patriarcado está atrelado à formação da sociedade brasileira, desde sua colonização europeia.

Villworck, Germani & Roncato (2016) afirmam que as mulheres estão presentes em diversas atividades de desenvolvimento ligadas aos costumes, tradições e valores. Nessa fala das autoras, emerge uma série de debates sobre as desigualdades sociais presentes neste processo participativo das mulheres, mediante a imposição de uma sociedade que define um lugar para o homem e outro para a mulher. A visibilidade feminina está relacionada ao capital

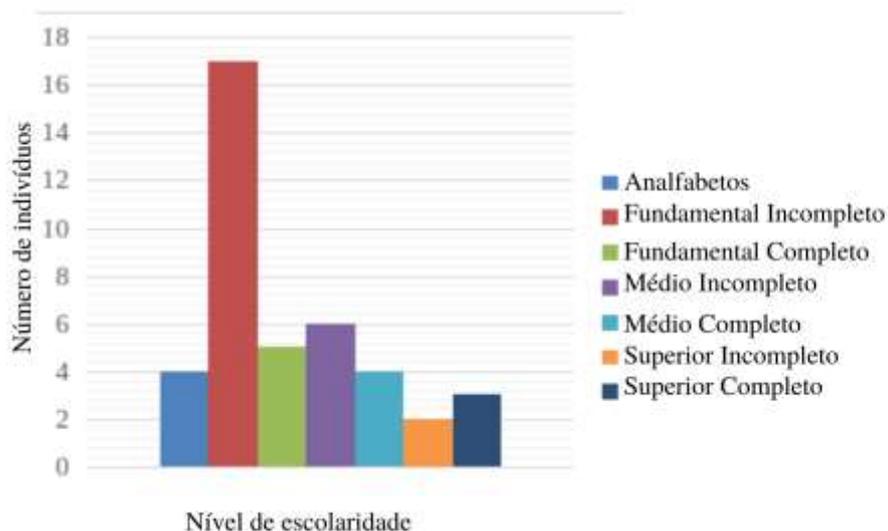
político, especialmente pela participação da mulher em todos os setores econômicos, onde, a participação desta leva voz para lhes representar. Nesse caso, compreende-se que a mulher ainda não possui voz ativa nas lideranças, embora seja parcela maior dos acampamentos estudados.

O MST reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois se trata de concepções e valores presentes nas relações sociais cotidianas e que são considerados naturais na e pela sociedade (Pessoa & Dal Ri, 2017) também há a dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois se trata de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres o que, infelizmente, ainda carece ser mais abertamente tratado nesses ambientes rurais.

A estrutura patriarcal de dominação, se refere ao estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, e tem como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade se baseia na tradição, ou seja, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre e no arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas “sagradas pela tradição” (Weber, 1991; Rezende, 2015). Ou seja, a cultura brasileira atribui à figura masculina um aspecto de liderança, onde é ensinado nas famílias que o homem sempre será o chefe e que este sempre deverá ser respeitado acima de todos os outros membros independente de quaisquer outros fatores.

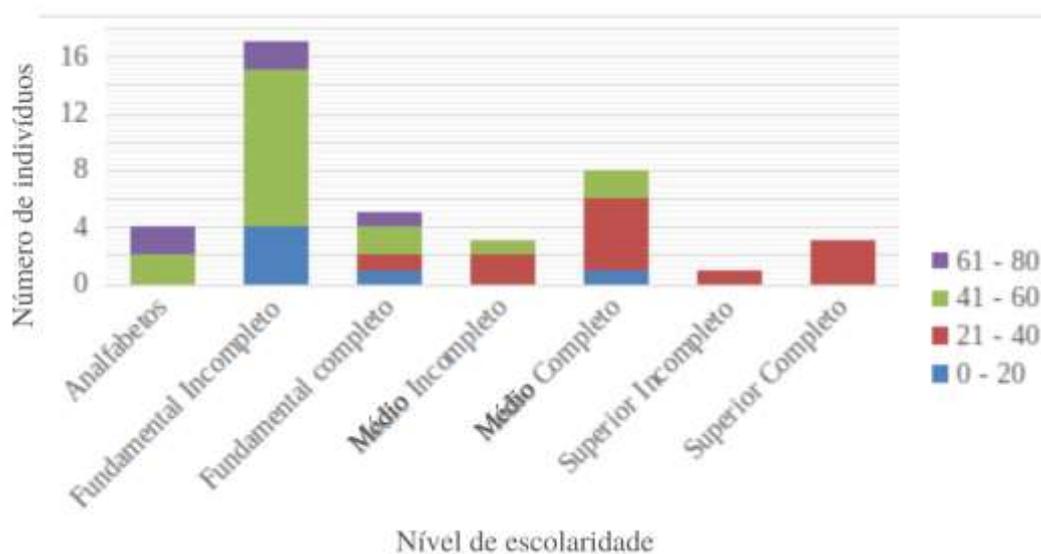
Nesse aspecto, analisa-se a estrutura educacional dessas famílias de acampados quanto ao nível de escolaridade de seus componentes, onde observa-se a predominância da baixa escolaridade especialmente para os componentes do gênero masculino, cuja maioria possui ensino fundamental incompleto (Figura 3), mesmo sendo reconhecido como líder familiar. Em relação à escolaridade em função de gênero, nota-se que as mulheres são as que possuem maiores níveis de escolaridade, ressaltando que nenhuma das entrevistadas é analfabeta. Quando se avalia o panorama geral da escolaridade, nota-se que há um alto índice de analfabetismo (Figuras 4 e 5), e que o mesmo está concentrado nos acampados de idades mais avançadas.

Figura 4 – Escolaridade dos acampados.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Figura 5 – Escolaridade dos acampados por faixa etária.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Esta situação de analfabetismo é considerada comum, como apontam os dados do IBGE (2012) para a população rural do Nordeste brasileiro, onde cerca de 30% da população é não alfabetizada. Nesse aspecto, estudo similar realizado por Carvalho et al. (2019) afirma que a escolaridade dos membros de um acampamento rural está relacionada às condições

sociais enfrentadas pelos mesmos, onde o alto índice de analfabetismo é resultante do abandono da escola por estes para buscar melhores condições de vida, o que faz compreender os maiores índices de analfabetismo entre os mais idosos, uma vez que estes passaram por períodos onde a educação era de menor acesso àqueles menos abastados financeiramente e que encontravam no campo o seu sustento. Isso se dá pelo fato de que boa parte de acampados e assentados são aqueles ex-funcionários de antigas usinas sucroalcooleiras e grandes latifundiários (da Silveira & Schneider, 1991).

4. Conclusões

Ao observar mais profundamente a realidade dos acampados das localidades de Sapucaia e Caípe, é notório que, embora marginalizados da sociedade, ainda conseguem refletir aspectos comuns da mesma, como a marcante presença do patriarcado, mesmo em um recorte da sociedade onde a população apresenta paridade entre os sexos, e ainda que as mulheres sejam também mais instruídas que os homens.

Outro aspecto notório é a relação estreita entre a faixa etária e a escolaridade, onde os mais velhos apresentam níveis altos de analfabetismo, enquanto os mais novos alcançaram níveis mais altos de escolaridade, mostrando como a alteração nas políticas de acesso a educação transformam os diversos segmentos da sociedade, inclusive os mais marginalizados.

Entretanto mesmo vivenciando uma difícil realidade, os acampados persistem e produzem alimentos garantindo a subsistência dos mesmos além de abastecer os mercados locais, os acampamentos Sapucaia e de Caípe são uma amostra da luta dos acampados a espera da reforma agrária no estado de Alagoas.

Diante disso, registra-se aqui, com base nos dados coletados e discutidos com base na literatura prévia, que é imprescindível a continuidade de pesquisas relacionadas à Reforma Agrária, especialmente no tocante das questões sociais que envolvem os acampamentos rurais, pois para que existam produções agrofamiliares, é necessário que esses atores sociais sejam atendidos plenamente em seus direitos. Logo, prospecta-se a continuidade de pesquisas nessa seara para contribuição social para o desenvolvimento do povo do campo.

Referências

Bergamasco, S. M. P. P., & Norder, L. A. C. (1996). *O Que são Assentamentos Rurais*. São Paulo, Brasiliense.

Bonnemaison, J. (2000). *La Géographie culturelle*. Paris, Éditions du CTHS.

Borelli Filho, D. (2014). *A monopolização territorial e a (re)construção do território camponês em projetos de assentamento de reforma agrária* (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Silva”, Rio Claro, SP.

Brasil – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo, Expressão Popular.

Carvalho, A. C. A.; Silva, J. M.; Santos, T. M. C.; Lima, C. D. & Costa, J. H. Q. (2019). Perfil social e caracterização da produção agrícola no acampamento Lajeiro, em Messias, Alagoas. *Brazilian Journal of Development*, 5 (10), 20387-20395.

Costa Neto, C., & Canavesi, F. (2003). *Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?* In: Alimonda, H. Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires, Clacso.

Da Silveira, F. G. & Schneider, I. (1991). Com ocupações e acampamentos fazem-se assentamentos, mas não reforma agrária. *Indicadores Econômicos FEE*, 19 (2), 150-166.

Feliciano, C. A. (2006). *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo, Contexto.

Fernandes, B. M. (2003). O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *OSAL*, 4 (11), 31-40.

Gama, L. T. S. A., & Santos, C. J. S. (2018). O modo de vida e a cultura camponesa no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL. *Revista Craibeiras de Agroecologia*, 3 (1), e6724.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (7a ed.), São Paulo, Atlas.

Girardi, E. P. (2008). *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente, UNESP.

Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16 (47), 333-361.

Gohn, M. G. A. (1999). Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. In: *I COLÓQUIO MARX ENGELS*, Campinas: Cemarx.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agrária - INCRA. (2015). Recuperado de <http://www.incra.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2016). *Censo 2016*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). *Resultados definitivos Censo agropecuário de 2017*. Recuperado de <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo-agro/agricultura.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2010; Resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2012. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab6.pdf

Karriem, A. (2009). The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. *Geoforum*, 40, 316-325.

Lakatos, E., & Marconi, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. (8a ed.), São Paulo: Atlas, 2020.

Lima, E. C. (2006). *Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial*. (Dissertação de Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente.

Maanen, J. V. (1979). Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. *Administrative Science Quarterly*, 24 (4), 520-526.

Martins, J. S. (1997). *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: Stédile, J. P. A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, Vozes.

Martins, J. S. O. (1994). *Poder do Atraso*, São Paulo, Hucitec.

Medeiros, L. S. (2003). *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Medeiros, R. M. V. (2008). Território, espaço e identidade. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.

Morais, H. A. Espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária em pernambuco: um quadro atual a partir do MST. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 6 (1), 5-34.

Navarro Z. (1997). Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *São Paulo em Perspectiva*, 11 (2), 86-93.

Norder, L. A. C. (2014). Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). *Revista NERA*, 17 (24), 133-145.

Olilveira, A. U. (2001). *A agricultura camponesa no Brasil*. (4a ed.), São Paulo: Contexto.

Oliveira, A. U. (2007). *A geografia e os movimentos sociais*. São Paulo: USP.

Pessôa, J. R., & Dal Ri, N. M. (2017). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero. *Revista Brasileira de Educação no Campo*, 2 (2), 581-606.

Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista Economia e Sociologia Rural*, 52 (supl. 1), 63-84.

P

ope, C. & Mays, N. Reaching the parts other methods cannot reach: na introduction to qualitative methods in health and health servisse research. *British Medical Journal*, 311, 42-45.

Porto-Gonçalves, C. W. (2005). A Nova Questão e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *GEOgrafias*, 1 (1), 07-25.

Rezende, D. L. (2015). Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, 17, 7-27.

Rover, J. O. (2012). O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. *Revista Grifos*, 21 (32/33), 14-28.

Schneider, S., & Cassol, A. (2014). Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 3 (2),

Selltiz, C.; Jahoda, M.; Deutsch, M. & Cook, S. W. (1975). *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: E.P.U., EDUSP.

Silva, A. K.; Cristo, C. C. N.; Medeiros, M. S.; Costa, J. H. Q.; Albuquerque, C. F. & Silva, J. M. (2020). Reforma agrária e processos produtivos no assentamento Canafístula, Jacuípe, Alagoas. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais* 9, 88-105.

Sorj, B. (1998). *Reforma agrária em tempos de democracia e globalização*. In: Novos estudos. São Paulo: CEBRAP.

Stedile, J. P. & Fernandes, B. M. (2005). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Souza, J. M. de M. (2009). *Do acampamento ao assentamento: Uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe*. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Thiollent, M. (1998). *Metodologia Da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.

Turatti, M. C. M. (2005). *Os filhos da lona preta*. São Paulo: Editora Alameda.

Villwock, A. P. S.; Germani, A. R. M. & Roncato, P. E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Revista Alamedas*, 4 (1), 1-17.

Weber, M. (1991). *Sociologia da dominação*. In: Weber, M. Economia e sociedade. Brasília: Universidade de Brasília.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Orlando Angelo Neto - 30%

Milena da Silva Medeiros - 10%

Kledson Batista da Silva - 10%

Tania Marta Carvalho dos Santos - 10%

Jakes Halan de Queiroz Costa - 10%

Payla Cibelly Vilela da Silva - 10%

João Manoel da Silva - 20%